

	<p>UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA Av. Fernando Ferrari, 514 Vitória – ES – CEP: 29.075-910 Campus de Goiabeiras Tel/Fax: +55 (27) 4009-7657 E-mail: ppghis.ufes@hotmail.com http://www.historia.ufes.br</p>	
---	---	---

PROCESSO SELETIVO 2023/1
MESTRADO EM HISTÓRIA – PPGHIS/UFES
CHAVE DE CORREÇÃO DA PROVA ESCRITA DE CONTEÚDO

Questão 1

O surgimento da História do tempo Presente (HTP) representou uma reformulação epistemológica. A HTP introduziu uma inovação historiográfica que transgrediu a divisão tradicional entre os quatro períodos que distinguem a Antiguidade, a Idade Média, os Tempos Modernos e a Idade Contemporânea. Em seu estudo Christian Delacroix (2018) apresenta os debates sobre as singularidades da História do Tempo Presente, respectivamente: a definição de recorte cronológico, as fontes, a demanda social e o confronto entre história e memória.

Na questão proposta o aluno deve articular um texto sobre esses problemas e desafios da História do Tempo Presente.

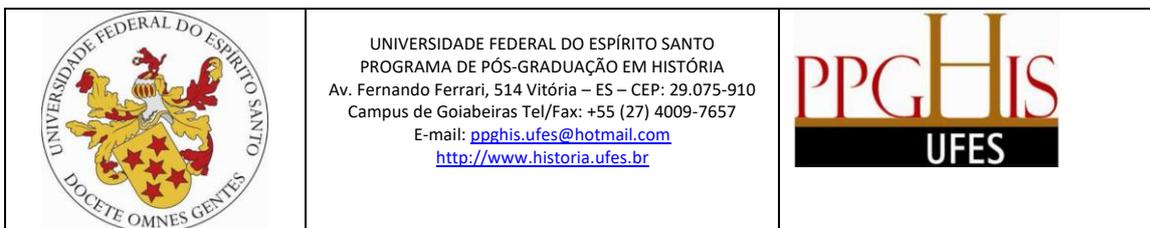
Chave de correção:

Uma história sob a exigência das reivindicações memoriais A denominação “história do tempo presente” começou de fato a se tornar comum para os historiadores franceses a partir da criação, em 1978, do Instituto de História do Tempo Presente (IHTP), cujo primeiro diretor foi François Bédarida (até 1990), segundo o modelo do Institut für Zeitgeschichte de Munique – criado em 1950. O IHTP sucede ao Comitê Francês de História da Segunda Guerra Mundial, criado em 1951. Esta filiação institucional é sem dúvida nenhuma um dos elementos explicativos do lugar eminente ocupado pela Segunda Guerra Mundial nos temas e campos de pesquisa privilegiados pelo IHTP na França.

A criação de organismos dedicados ao estudo do passado recente da Segunda Guerra Mundial não diz respeito apenas à França e à Alemanha, pois centros de pesquisa do mesmo gênero são criados desde 1944 nos Países Baixos, depois na Itália (1949), na Áustria (1963), Bélgica (1970) e mais tardiamente (em 1986) na Grã-Bretanha. (43-44).

A HTP teve na sequência desenvolvimentos importantes em outros países, como na Espanha a partir dos anos 1990 ou na América Latina

Mundialização das questões de memória. Passados traumáticos; as experiências de dezenas de Comissões da Verdade, a partir da década de 1970.



Esta lembrança não significa que a prática de uma história do passado recente date do fim dos anos 1970, uma vez que os historiadores que a produziram antes dessa data – e mesmo desde as origens da história, com os historiadores gregos – são muito numerosos. De todo modo, durante os anos 1945-1970, a suspeita em relação à história do passado recente é evidente em numerosos historiadores europeus.

Contexto do surgimento:

A afirmação e a tematização como área, assim como a institucionalização da HTP na Europa, devem, portanto, ser relacionadas aos contextos nacionais posteriores a 1945, os quais têm um ponto comum: o choque do evento-ruptura, da “catástrofe” da Segunda Guerra Mundial e o peso de “um passado que não quer passar”, como o passado nazista para a Alemanha e o passado de Vichy para a França, pois eles constituíram grandes traumatismos nas identidades e nas consciências históricas nacionais. (45).

PRESSÃO PARA O JULGAMENTO MORAL DO PASSADO RECENTE:

Da luta pelo reconhecimento à institucionalização:

O desenvolvimento da HTP na França inicialmente tomou a forma, durante os anos 1980 até o início dos anos 1990, de uma verdadeira luta pela legitimação e pelo reconhecimento científicos a fim de responder às objeções levantadas contra a possibilidade mesma de uma história “normal” do passado recente, à medida que se multiplicavam os campos de pesquisa e os trabalhos empíricos, principalmente acerca da Segunda Guerra Mundial no caso da França. (47).

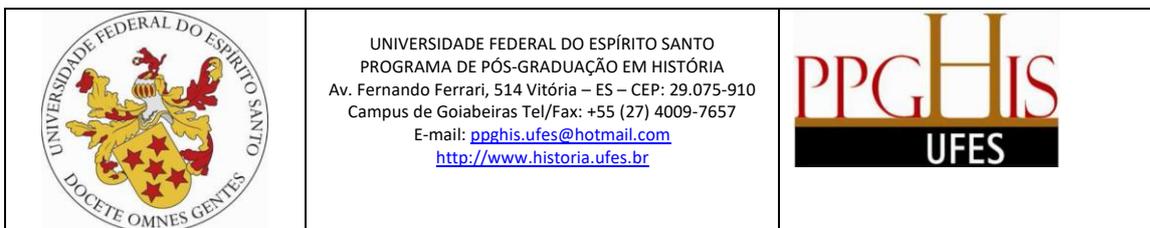
OS CONTRA-AGUMENTOS DOS CRITICOS DA HTP:

- A ausência de recuo cronológico considerado como uma deficiência é de certo modo neutralizada pelo recuo metodológico, única distância eficiente para o trabalho do historiador, qualquer que seja o período estudado;

- A não-acessibilidade de alguns arquivos do passado recente é compensada pela abundância das fontes substitutivas – das quais fazem parte os “arquivos orais” provocados pelo pesquisador;

- “a ignorância do dia seguinte” e o trabalho sobre processos não “terminados” se tornam trunfos, pois eles permitem se desfazer da “ilusão retrospectiva da fatalidade” ao favorecerem uma maior atenção ao “campo dos possíveis” das situações históricas.

Esses contra-argumentos de distinção então promovidos pela HTP são os do evento, da testemunha, da memória e da demanda social.



A questão da memória, que “invadiu” o espaço público a partir dos anos 1970/1980, na sua tríplice afirmação como representação do passado no presente, como prática e cultura social e como valor com vocação universal, me parece ser uma das características mais importantes do nosso presente. (48).

- **RECORTE TEMPORAL: definição Europa no fim da 2ª Guerra.**

Acerca da singularização do tempo presente por seu “objeto”, alguns historiadores propuseram um procedimento clássico de periodização por datas-rupturas, sendo o “tempo presente” definido como um novo período ou subperíodo da história contemporânea. A mais corrente dessas rupturas é, na Europa, a Segunda Guerra Mundial. (49).

FONTE: testemunho e História Oral.

A singularização pelo lugar das testemunhas.

Fonte oral; arquivo oral:

Desafio: o tratamento puramente “documental” e “técnico” da questão do testemunho reduzida ao estatuto informativo de “fonte oral” era igualmente uma maneira de dar conta da exigência epistemológica do projeto de verdade da história, as fontes orais reputadas subjetivas se viam criticadas como as outras fontes. (53)

A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA H ORAL: década de 1980-1990;

- **Arquivos digitais, comissões da verdade, monumentos, museus, pulsão memorial, etc.**

DILEMA HISTÓRIA E MEMÓRIA:

No contexto da prática da HTP, a questão da testemunha viva “encontra” inevitavelmente a questão da memória: a noção de presente implica de fato a noção de memória concebida na esteira de Agostinho como o presente do passado. (53)

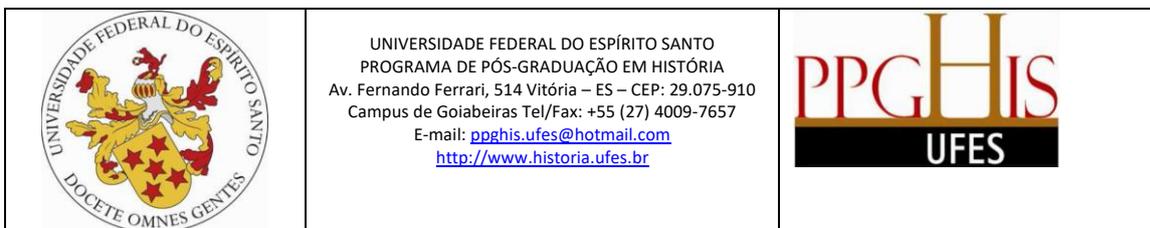
III) A História do Tempo Presente no “grande debate” história/memória

A “maré memorial”

A temática da memória se impôs no espaço público europeu a partir dos anos 1970, ligada sobretudo (mas não somente) ao reexame dos “passados temáticos” como o da Ocupação (1939-1945) na França; é o que Pierre Nora chamou de “a maré memorial”.

HISTÓRIA DAS VITÍMAS. Dever de memória.

Mas o risco é grande de criminalizar a história ao projetar sobre o passado as categorias (jurídicas sobretudo) que são as nossas e assim ceder a uma reflexão de “moralização retrospectiva” do passado, que é uma forma de anacronismo. O termo “judicialização” da



história quer dizer dar conta desse tipo de procedimento que enfeixa juntas memória, justiça e história (55).

- A HISTÓRIA DO TEMPO PRESENTE SOB O RISCO DAS DEMANDAS SOCIAIS.

A questão dos usos públicos da história diz respeito a uma outra linha de argumentação importante para singularizar a HTP, que passa pela questão da relação com a demanda social⁴⁶.

A relação ambígua da história do tempo presente com a demanda social;]

De todo modo, o tema da demanda social permanece, desde o início, no centro do empreendimento de legitimação da história do tempo presente, que o erige em “marcador identitário”.

LIBERDADE DO HISTORIADOR X Demanda social.

Nos textos de Bédarida, pode designar tanto a consciência histórica (no sentido em que o historiador molda a consciência histórica de seu tempo), a clássica demanda de Estado (tipo de comemoração), as solicitações das mídias ou as demandas privadas, quer elas emanem de indivíduos, quer de empresas ou ainda de grupos e de comunidades. (65).

O desafio epistemológico mais difícil (e que lhes é específico) para os historiadores que reivindicam a HTP (pelo menos para aqueles que lidam com questões epistemológicas) continua sendo, portanto, justificar a sua reivindicação da necessidade de responder a demanda social e a tese segundo a qual “o procedimento do historiador está na dependência direta da demanda social”⁵⁷ ao mesmo tempo em que não transige com a pretensão de objetividade que é um valor chave da “cultura do ofício” dominante entre os historiadores.

Um argumento importante de legitimação da HTP é, com efeito, que ela responderia a uma “nova demanda social” de história na virada dos anos 1970 e mais amplamente que ela é o “produto” de um novo contexto. A afirmação da história do tempo presente está assim ligada a um contexto externo (intelectual, social, econômico, político) e participaria do que François Bédarida chama de “virada epistemológica” da disciplina nos anos 1970, que vê “a reintegração do presente no território do historiador” no momento em que a história se redefiniria “em relação à sociedade”. (66).

à noção de “regime de historicidade” proposta por François Hartog; o surgimento da história do tempo presente “e o lugar dominante ocupado na disciplina são concomitantes de uma nova relação com o tempo, de um novo “regime de historicidade”, no qual a experiência do passado e a crença em um futuro melhor se apagam em proveito de uma celebração do presente efêmero”, escreve ele.

	<p>UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA Av. Fernando Ferrari, 514 Vitória – ES – CEP: 29.075-910 Campus de Goiabeiras Tel/Fax: +55 (27) 4009-7657 E-mail: ppghis.ufes@hotmail.com http://www.historia.ufes.br</p>	
---	---	---

Em nosso caso, a história do tempo presente se torna não somente uma consequência do surgimento de uma nova cultura social do tempo, ou seja, do novo regime de historicidade presentista, mas ela é também a modalidade da consciência histórica adaptada a essa nova historicidade. François Hartog observa igualmente que “a insistência dos primeiros Annales na indispensável preocupação com o presente” toma o seu sentido em relação a esse novo tipo de relação com o tempo.

A História do Tempo Presente é “filha do seu tempo”.

A HTP estaria então em um lugar privilegiado para colocar essas reflexões à prova de suas pesquisas empíricas, uma posição certamente singular, mas de modo nenhum fora do ordinário do fazer da história.

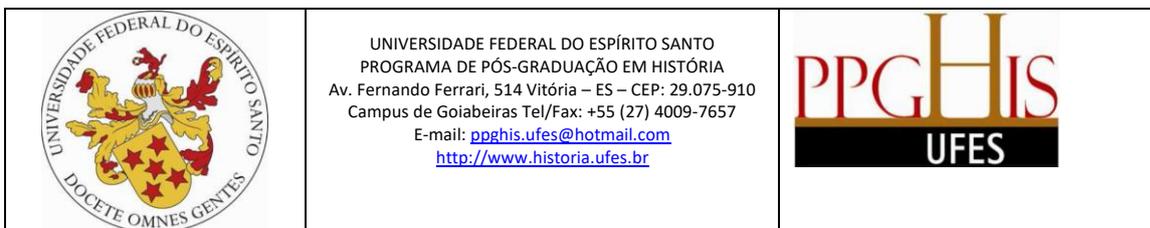
Questão 2

A obra *Brasil em projetos* (2020) do historiador Jurandir Malerba, apresenta uma intrincada rede de projetos e disputas que caracterizaram a ação das elites lusobrasileiras. Por meio de um texto cirúrgico, em muitos pontos, é possível vislumbrar um repertório amplo de agentes que pertenciam a diferentes grupos, mas que tinham interesses voltados para o território brasileiro. É verdade que nem todos lograram sucesso, sendo alvo de disputas contestações dentro dessa mesma elite. Apesar disso, tais projetos acabaram impostos sobre a maioria silenciada da população. Tomado por base a obra de Malerba, apresente um balanço historiográfico sobre a evolução dos debates a respeito do tema da independência, enfocando o perfil da elite dirigente que emergiu em meio a projetos e planos nas últimas décadas coloniais, fazendo um paralelo com a realidade característica das elites dirigentes do atual Brasil.

Chave de correção:

- A obra *Brasil em projetos: história dos sucessos políticos e planos de melhoramento do reino: da ilustração portuguesa à Independência do Brasil* do historiador Jurandir Malerba foi publicado em 2020. Seu objetivo é apresentar ao público leigo acesso a parte essencial da trajetória da construção da nação brasileira de forma didática, mas sem dispensar informações críticas e ou bibliográficas relacionadas com os temas analisados.

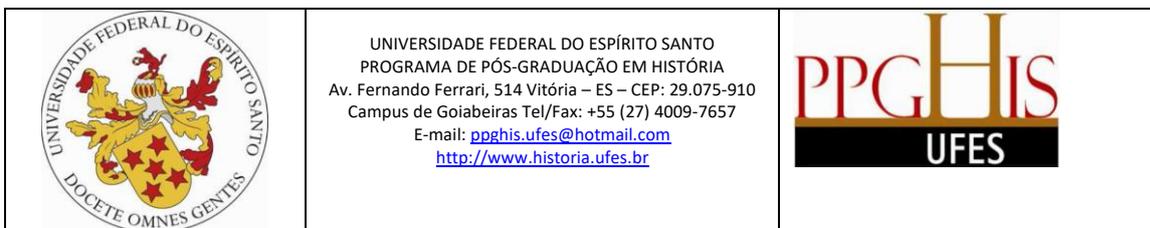
- O autor é historiador de ofício, professor com trânsito por várias instituições acadêmicas nacionais e internacionais, pesquisador experiente e autor de diversos trabalhos. Por meio de uma narrativa bem estruturada, Malerba ultrapassa a simples descrição de episódios pitorescos



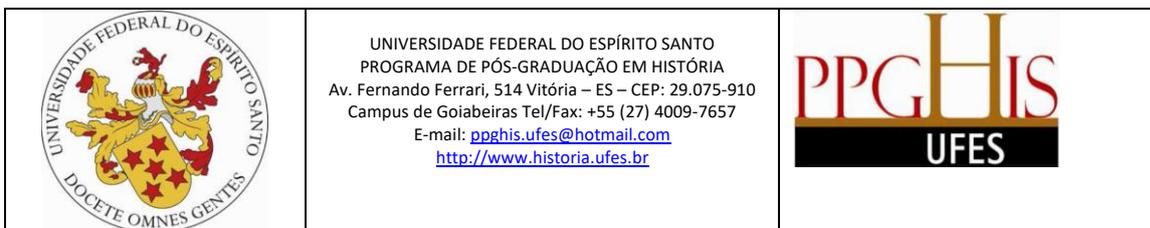
ou personagens de folhetim, analisando e interpretando um repertório amplo de agentes históricos, de pessoas que pertenciam a diferentes grupos, mas que tinham projetos e interesses voltados para o território brasileiro, individuais e de grupo que integram a trama do período. Indo além, esquadrinha diferentes planos, ideias e reflexões sobre o Brasil antes mesmo de tornar-se Brasil, em 1822.

- Há muito a historiografia sobre as décadas finais do período colonial brasileiro e a emancipação política vem sendo revista por novas teses que compartilham diferentes perspectivas e dialogam com o que há de mais atual no meio historiográfico internacional. *Brasil em projetos* conversa com tais abordagens visitando um amplo conjunto documental, o que permite ao leitor interessado mergulhar em profundidade nos debates e sentidos propostos na obra. Dividido em três partes, o livro elege como eixo condutor os projetos formulados por agentes do Estado ou a ele alinhados, com vistas à construção de um Estado à imagem e semelhança das elites que o disputavam. Tais projetos acabaram impostos sobre a maioria silenciada, como destaca o autor “os dominantes sempre se esmeraram em silenciar os que, fora de suas fileiras, ousaram questionar o sistema estabelecido ou propor alternativas (p.25).”

- A obra está fatiada em três partes. Na parte 1: *O Brasil no Império Português* está dividida em sete capítulos, apresentando a formatação inicial dos planos para melhor aproveitamento da colônia americana e suas riquezas. De fato, desde meados do Dezoito, ministros e altos funcionários dedicaram-se a desenhar estratégias para racionalizar as formas de ampliar as receitas obtidas. Contudo, o aprofundamento das disputas entre potências europeias e as reformas administrativas inspiradas pelas Luzes, colocaram lado a lado, velhas e novas ideias. Nesse diapasão, ganha relevo a análise proposta pelo autor ao questionar os limites do furor reformista dos agentes do Estado luso e o quanto do entendimento que temos sobre o período está condicionado às autoimagens produzidas por essa elite. Para responder essa complexa questão, recupera-se as diferentes conjunturas históricas, a partir das reformas pombalinas, destacando seu impacto sobre as ideias e projetos de distintos agentes para a revitalização do Reino, tendo como ponto nodal os domínios coloniais atlânticos. É oportuno destacar a maneira como o autor problematiza o reformismo ilustrado, apontando nele a permanência do discurso do colonizador que tinha como finalidade garantir o benefício de Portugal. *Pari passu*, assistimos a formação de uma elite local, instruída a partir de Coimbra, mas ciente de seus próprios interesses, não hesitando em romper com a metrópole quando tal vínculo deixou de ser vantajoso. A parte 2: *O Império Português no Brasil* é composta por seis capítulos e revisita o



contexto que resultou na vinda da Corte portuguesa para sua colônia, evento decisivo para a emancipação tempos depois. D. João VI ganha protagonismo na saborosa narrativa, que destaca sua aproximação com os altos estratos da sociedade local, atuando como fiel da balança entre as classes em conflito às vésperas da Independência. É interessante perceber como a lógica própria das sociedades de Antigo Regime estabelecida na colônia, com suas honrarias e distinções, ganhou cores mais fortes graças às dádivas reais encarnadas na presença do monarca. A análise apresentada permite conhecer com maior detalhamento os aspectos constitutivos da monarquia portuguesa instalada no Rio de Janeiro, decisivos na construção de uma elite “brasileira” forjada pelo encontro, nem sempre amigável, entre a corte migrada e as classes endinheiradas aqui residentes. Como aponta Malerba “a monarquia que chegou ao Brasil pertencendo a um tempo que ruía em seu lugar de origem, transformou-se em algo novo, pelo menos em algo diferente (p.195).” Sem dúvida, o papel jogado por d. João VI nesse contexto, a sintaxe da corte que pautou sua atuação, é o ponto alto da narrativa, sem fugir do diálogo com a historiografia que cerca esse personagem. A terceira parte – *De colônia portuguesa a Império do Brasil*, composta por quatro capítulos, dedica-se a esquadrihar a trama que cerca o processo de Independência. Contudo, por reconhecer o labirinto de interpretações e nuances historiográficas que cerca o marco fundacional da nacionalidade brasileira, Malerba se mantém fiel à proposta da obra, prezando pelos projetos formulados para o Brasil, especialmente por José Bonifácio de Andrada e Silva. Português e monarquista convicto, Bonifácio foi antes de tudo um representante das elites, um homem forjado nos valores do Antigo Regime, embora manejasse discursos e perspectivas ilustradas, polêmico em sua própria época, foi, segundo o autor, o mais célebre formulador de planos, projetos, sistemas e ideias para o Brasil, ainda que pouco tenha sido efetivamente aplicado. A narrativa apresenta um panorama conjuntural das principais questões e personagens implicados no contexto de disputas acirradas a partir de 1820. Analisa com detalhes o assentamento das Cortes Gerais e Extraordinárias da nação portuguesa, marcada por calorosos embates e suas repercussões no Brasil. O autor pondera que os debates exaltados nas Cortes revelam a incapacidade das elites de ambos os lados do Atlântico de construir alternativas para a manutenção da unidade do reino, tantas vezes defendida por d. Rodrigo de Sousa Coutinho e outros reformadores. Segundo sua interpretação, se o retorno de d. João em abril de 1821 foi resultado das pressões das Cortes, o movimento do rei no sentido de manter o príncipe herdeiro no Brasil, sinalizou para a perda definitiva da colônia. Além disso, a permanência de d. Pedro foi um importante vetor na construção da unidade do país, que se



prolongou até meados do Dezenove. De fato, a proclamação formal da Independência em 1822 não encerrou a questão. Vozes discordantes foram ouvidas dentro e fora do país, ocorreram revoltas, ânimos se acirraram, mas deram lugar paulatinamente a acomodações de interesses.

- A conclusão, com o corajoso título *Um país para poucos*, não apenas sintetiza os principais argumentos elencados ao longo da obra, como aponta limites ao debate de algumas questões, alertando para a necessidade de maior reflexão sobre temas já cristalizados na historiografia, como o reformismo ilustrado e a ideia de um império luso-brasileiro, por exemplo. Porém, o mote principal é pensar o perfil da elite dirigente que emergiu em meio a projetos e planos nas últimas décadas coloniais. Um grupo com traços idenitários fluidos e credos políticos flexíveis ao sabor de seus interesses. Predominantemente portuguesa, essa aristocracia rural sustentada pela escravidão, foi tomando consciência de si enquanto formulava projetos para o Brasil, como demonstra Malerba. Preocupada com seu próprio benefício, garantiu a construção de um Estado à sua própria imagem, pautado em resguardar seus privilégios. Curiosa e tristemente, o fim do Império e a instauração da República não garantiu o acesso da maior parte da população brasileira à cidadania. A elite manteve em suas mãos a concentração de terras, de rendas e de poder. Quiçá seja essa a grande contribuição do livro, revelar o quão atual continua sendo refletir sobre o papel desses grupos de poder ao longo de nossa história, posto que pensar caminhos para nossa frágil democracia nunca foi tão necessário.

Questão 3

Em sua obra *A mão do autor e a mente do editor*, Roger Chartier destaca a discussão acerca do fetichismo da mão do autor e as nuances interpretativas que envolvem a autoria de textos no âmbito da História do Livro. Nas palavras do autor “*antes da metade do século XVIII, manuscritos autorais são infrequentes e foram preservados por razões excepcionais*(CHARTIER, 2014)”. A partir das ideias de Chartier, aponte as principais dificuldades encontradas para organização de arquivos literários a partir da composição de registros dos três primeiros séculos após o advento da imprensa. Além disso, explicita as consequências levantadas pelo autor acerca da coexistência da escrita autoral e da escrita escribal, e do processo de intervenções no texto após sua entrada na tipografia com relação à preservação de manuscritos com autoria no início da modernidade.

	<p>UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA Av. Fernando Ferrari, 514 Vitória – ES – CEP: 29.075-910 Campus de Goiabeiras Tel/Fax: +55 (27) 4009-7657 E-mail: ppghis.ufes@hotmail.com http://www.historia.ufes.br</p>	
---	---	---

Chave de correção:

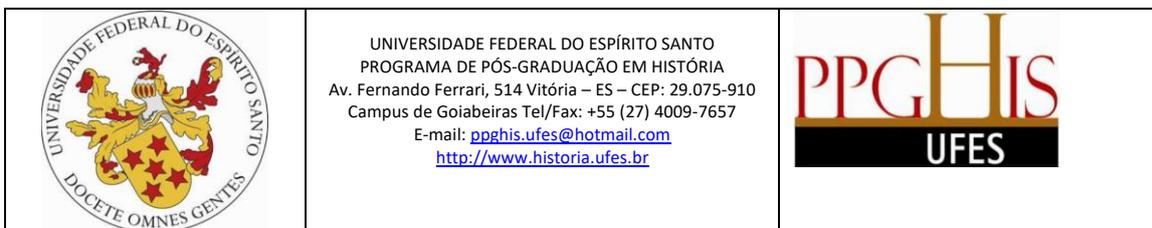
- As dificuldades de preservação e composição de arquivos literários na modernidade;
- A coexistência da escrita escríbal e autoral como fator decisivo para a perda de manuscritos autorais (assinados) no início da modernidade;
- As exceções acerca de manuscritos com autoria assinados antes de 1750: obras dramáticas advindas de Espanha e Inglaterra;
- O processo que envolvia as cópias *en limpio*: originalmente escritas por um amanuense, corrigidas posteriormente pelo autor, o envio ao editor e ao impressor.
- A diferença entre os manuscritos de escribas e os dos autores, que possuíam irregularidades na grafia e com pouca legibilidade;
- A jornada do texto após a entrada na gráfica e a perda da importância do manuscrito original, acentuando o papel do revisor, intervenções textuais do copista, do censor, do editor e dos compositores de impressão;
- A importância da legislação de autoria na Inglaterra e suas consequências dentro da perspectiva de propriedade do texto.

Questão 4

Outubro de 1917, os bolcheviques, capitaneados por Lênin, desencadearam uma ‘ação direta’ para tomarem o poder. Como afirma o historiador marxista Erich J. Hobsbawm, em outubro, “mais que tomado, o poder foi colhido”. Explique a afirmação deste historiador e como ela contrasta com a visão de historiadores de direita como Richard Pipes.

Chave de correção:

- Hobsbawm rejeita a ideia difundida durante a Guerra Fria de que Lênin seria essencialmente um organizador de golpes;
- Lenin e seus companheiros contavam, na verdade, com uma única vantagem: reconhecer o que as massas russas queriam;
- E o que elas queriam? Pão, paz e terra;
- Por sua vez, o Governo Provisório insistia em políticas de manutenção da ordem que iam de encontro aos desejos do povo russo, como, por exemplo, sua insistência em manter a Rússia na Grande Guerra. Isto levou a uma incompatibilidade crescente entre o Governo Provisório e os



diversos segmentos da população russa que tinham se radicalizado em 1917 e a um caos generalizado;

- Por fim, segundo Hobsbawm, o Governo Provisório não tinha suficiente apoio para garantir sua continuidade, na altura de setembro de 1917, sua fragilidade tinha se tornado patente. Coube, então, aos bolcheviques “colher o poder”;
- Já Richard Pipes é taxativo: a queda do Governo Provisório não foi espontânea, mas cuidadosamente tramada.
- Outubro foi um clássico coup d’état. Um punhado de homens apossou-se do poder, sem praticamente nenhum envolvimento das massas.